



FUNDAÇÃO
HERMÍNIO OMETTO

Fundação Hermínio Ometto

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

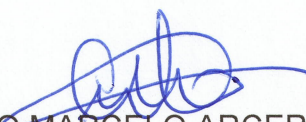
Parecer do Conselho Fiscal	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Fundação Hermínio Ometto, examinamos o Balanço Patrimonial da Fundação Hermínio Ometto levantado em 31/12/2025 e as respectivas Demonstrações de Resultados, de Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas correspondentes ao exercício encerrado na referida data.

Com base nos exames que efetuamos e também suportados pelo parecer da auditoria independente realizada por KPMG Auditores Independentes Ltda., somos de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas, estão em condições de merecerem a aprovação da Assembleia Geral.

Araras, 17 de março de 2026.



ALFONSO MARCELO ARCERITO
Membro



JOSÉ ADILTER ZAPPAROLI
Membro



ANDRÉ LUIZ ZOCA
Membro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores da
Fundação Hermínio Ometto
Araras – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Hermínio Ometto (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Hermínio Ometto em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

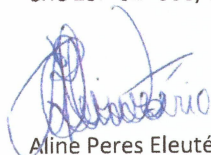
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 17 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Aline Peres Eleutério
Contadora CRC 1SP295291/O-0

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

<i>(Em reais)</i>							
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	666.364	5.382.502	Financiamentos e empréstimos	10	12.762.368	6.626.798
Contas a receber de alunos				Fornecedores		1.196.814	661.768
Valor bruto do contas a receber de alunos		106.926.286	107.166.556	Passivo de arrendamento		115.486	188.399
Ajuste a valor presente		(408.593)	(511.449)	Impostos e contribuições a recolher	11	1.079.572	1.016.086
Provisão para perdas de crédito esperadas		(50.584.031)	(51.879.193)	Salários e férias a pagar	12	6.216.970	5.637.982
Subtotal contas a receber de alunos	8	55.933.662	54.775.914	Adiantamentos de alunos e de convênios		548.306	656.825
Contas a receber Clínicas		475.366	506.831	Receita diferida		180.629	127.551
Estoques		402.212	290.412	Outras contas a pagar	13	1.346.768	15.257.611
Outros créditos		1.233.443	912.176				
Total do ativo circulante		58.711.047	61.867.835	Total do passivo circulante		23.446.913	30.173.020
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos e empréstimos	10	14.142.224	18.470.397
Depósitos judiciais		343.049	343.050	Passivo de arrendamento		9.530	95.221
Contas a receber de alunos				Provisões de processos judiciais	14	924.674	176.400
Valor bruto do contas a receber de alunos		147.591.639	151.740.274	Adiantamentos de alunos e de convênios		-	9.616
Ajuste a valor presente		(5.885.284)	(7.892.293)	Receita diferida		680.000	10.629
Provisão para perdas de crédito esperadas		(9.794.905)	(12.798.451)	Outras contas a pagar	13	1.614.742	2.224.451
Subtotal contas a receber de alunos	8	131.911.450	131.049.530				
Outros créditos		265.191	93.958	Total do passivo não circulante		17.371.170	20.986.714
Total do realizável a longo prazo		132.519.690	131.486.538				
Direito de uso		115.451	267.416	Patrimônio líquido	15		
Imobilizado	9	150.384.617	137.212.221	Patrimônio social		260.436.358	236.240.284
Intangível		18.678	35.799	Reserva de reavaliação		18.961.264	19.273.717
				Superávits acumulados		21.533.778	24.196.074
Total do ativo não circulante		283.038.436	269.001.974	Total do patrimônio líquido		300.931.400	279.710.075
				Total do passivo		40.818.083	51.159.734
Total do ativo		341.749.483	330.869.809	Total do passivo e patrimônio líquido		341.749.483	330.869.809

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE
Presidente
CPF 715.008.208-49

FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 037.993.238-56

JORGE HIROSHI MURAKAMI
Conselheiro
CPF 670.375.858-15

PAULO CESAR DE MORAES
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)	Nota	2025	2024
Receitas Operacionais			
Receita bruta prestação de serviços			
Receitas de mensalidades / anuidades educacionais		102.358.539	101.775.519
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas		55.614.126	55.037.116
Receitas dos serviços prestados Clínicas		929.194	637.425
Outros serviços educacionais		631.722	567.966
	16	<u>159.533.580</u>	<u>158.018.026</u>
(-) Deduções das receitas			
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais 100%		(1.651.787)	(4.011.004)
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais 50%		(436.498)	(1.394.643)
Bolsas de estudos - LC 187/21 - Integrais 100%		(12.719.816)	(11.065.210)
Bolsas de estudos - LC 187/21 - Parciais 50%		(40.806.025)	(38.566.259)
Outras bolsas de estudo		(18.224.618)	(16.888.573)
Devoluções e cancelamentos		(5.595.939)	(8.135.394)
Descontos concedidos		(7.515.551)	(7.551.639)
Cofins imune sobre faturamento	22	(4.882.270)	(4.764.517)
	16	<u>(91.832.504)</u>	<u>(92.377.239)</u>
Receita operacional líquida	16	<u>67.701.077</u>	<u>65.640.787</u>
Custos dos serviços prestados			
Custos dos serviços educacionais	17	(43.118.607)	(41.971.757)
Custos dos serviços de saúde gratuitos	17	(1.473.033)	-
Custos dos demais serviços de saúde	17	(1.049.090)	-
Custos dos demais serviços de atendimentos à população	17	(711.999)	(3.227.810)
Custos de contribuição previdenciária imune	17 / 22	(10.005.090)	(9.372.793)
		<u>(56.357.819)</u>	<u>(54.572.360)</u>
Resultado bruto		<u>11.343.258</u>	<u>11.068.427</u>
Outras receitas operacionais			
Outras receitas operacionais		1.109.578	1.870.786
Serviços voluntários obtidos		400	473
Imunidade das contribuições sociais usufruídas	22	4.882.270	4.764.517
Outras despesas operacionais			
Reversão de perdas de crédito esperadas		3.850.604	4.972.180
Administrativas e gerais	17	(27.644.978)	(23.275.340)
Contribuição previdenciária imune	17 / 22	10.005.090	9.372.793
Despesas com serviços voluntários		(400)	(473)
Outras despesas operacionais		(71.249)	(11.168)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>3.474.572</u>	<u>8.762.195</u>
Receitas financeiras	18	18.637.875	19.512.849
Despesas financeiras	18	(891.122)	(4.500.892)
Financeiras líquidas		<u>17.746.753</u>	<u>15.011.957</u>
Superávit do exercício		<u>21.221.325</u>	<u>23.774.152</u>
 FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE Presidente CPF 715.008.208-49		 JORGE HIROSHI MURAKAMI Conselheiro CPF 670.375.858-15	
 FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES Diretor Administrativo-financeiro CPF 037.993.238-56		 PAULO CESAR DE MORAES Contador - CRC 1SP252960/O-4 CPF 078.720.618-05	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO


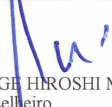
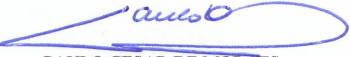
CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

	2025	2024
Superávit do exercício	21.221.325	23.774.152
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>21.221.325</u>	<u>23.774.152</u>

 FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE Presidente CPF 715.008.208-49	 JORGE HIROSHI MURAKAMI Conselheiro CPF 670.375.858-15
 FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES Diretor Administrativo-financeiro CPF 037.993.238-56	 PAULO CESAR DE MORAES Contador - CRC 1SP252960/O-4 CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

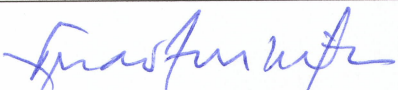


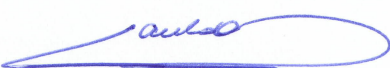
CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

		Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávits acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	Nota	216.593.855	19.695.639	19.646.429	255.935.923
Transferência para patrimônio social	15	19.646.429	-	(19.646.429)	-
Realização da reserva de reavaliação	15	-	(421.922)	421.922	-
Superávit do exercício		-	-	23.774.152	23.774.152
Saldos em 31 de dezembro de 2024		236.240.284	19.273.717	24.196.074	279.710.075
Transferência para patrimônio social	15	24.196.074	-	(24.196.074)	-
Realização da reserva de reavaliação	15	-	(312.453)	312.453	-
Superávit do exercício		-	-	21.221.325	21.221.325
Saldos em 31 de dezembro de 2025		260.436.358	18.961.264	21.533.778	300.931.400

 FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE Presidente CPF 715.008.208-49	 JORGE HIROSHI MURAKAMI Conselheiro CPF 670.375.858-15
 FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES Diretor Administrativo-financeiro CPF 037.993.238-56	 PAULO CESAR DE MORAES Contador - CRC 1SP252960/O-4 CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		21.221.325	23.774.152
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação	9	2.703.356	3.677.088
Amortização intangível		17.121	25.614
Amortização direito de uso		190.967	182.523
Resultado na baixa de ativo imobilizado		112.366	11.179
Ajuste a valor presente do contas a receber	8	(2.109.865)	3.174.740
Reversão para perdas de crédito esperadas líquidas	8	(4.298.708)	(5.853.777)
Juros reconhecidos referente a créditos a receber		97.800	(10.749)
Provisão para obsolescência dos estoques		(54.516)	(251)
Realização ajuste a valor presente do passivo de arrendamento		17.738	31.229
Constituição/reversão de provisões	14	1.271.448	26.400
Juros não realizados referente a empréstimos e financiamentos	10.1	4.286.568	3.466.916
Juros não realizados referente a compra de imobilizado		507.281	1.087.225
(Aumento) ou diminuição ativos			
Contas a receber de alunos		142.469	(1.275.166)
Contas a receber clínicas		31.465	(506.831)
Estoques		(57.284)	(73.570)
Outros créditos		(321.267)	231.540
Depósitos judiciais		-	(156.372)
Contas a receber de alunos - longo prazo		4.148.635	(956.166)
Outros créditos - longo prazo		(171.232)	(59.659)
(Diminuição) aumento passivos			
Fornecedores		535.046	(115.316)
Impostos e contribuições a recolher		63.486	46.352
Salários e férias a pagar		578.988	202.679
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		-	(152.300)
Pagamentos de processos judiciais	14	(523.174)	(15.000)
Adiantamento de alunos e convênios		(118.135)	292.256
Receita diferida		722.449	(127.551)
Outras contas a pagar		(773.538)	258.962
Caixa gerado nas atividades operacionais		28.220.790	27.186.147
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		28.220.790	27.186.147
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	9	(28.488.118)	(21.742.989)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(28.488.118)	(21.742.989)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados	10.1	6.682.446	2.565.617
Pagamentos de passivos de arrendamento	10.1	(215.343)	(206.343)
Pagamento de juros de empréstimos	10.1	(2.496.439)	(245.469)
Pagamento de juros de compra de imobilizado		(1.754.296)	(1.090.205)
Pagamentos de empréstimos	10.1	(6.665.178)	(2.178.985)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(4.448.809)	(1.155.385)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(4.716.138)	4.287.774
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.382.502	1.094.728
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		666.364	5.382.502
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(4.716.138)	4.287.774

 FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE Presidente CPF 715.008.208-49	 JORGE HIROSHI MURAKAMI Conselheiro CPF 670.375.858-15
 FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES Diretor Administrativo-financeiro CPF 037.993.238-56	 PAULO CESAR DE MORAES Contador - CRC 1SP252960/O-4 CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Hermínio Ometto (“Fundação”; FHO”), com sede na Av. Dr. Maximiliano Baruto, nº 500, na cidade de Araras/SP, é uma entidade autônoma e pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com atividade preponderante na área de Educação, conforme o art. 3º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 1.840 de 7 de novembro de 1978, e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei nº 1.113 de 11 de agosto de 1975. Tem por objetivo social criar, instalar, manter e promover a expansão de institutos de nível superior, podendo desenvolver suas atividades nos demais níveis de ensino, se assim lhe for conveniente, e suas atividades deverão se orientar no sentido do desenvolvimento cultural, social, científico, técnico e econômico do país, dando maior ênfase aos campos mais diretamente ligados à saúde e ao aperfeiçoamento humano.

A Fundação, na condição de Entidade Beneficente na área da Educação, goza da imunidade tributária, prevista na Constituição Federal, no que se refere ao seu patrimônio, renda, serviços e contribuições sociais para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram essa imunidade, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo. A Fundação vem prestando contas regularmente de acordo com os prazos estabelecidos por cada órgão. Esses prazos são anuais e trienais.

Renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social

Em 06 de abril de 2022, foi publicada, no Diário Oficial da União, a certificação da Fundação relativa ao Processo nº 23000.014355/2019-08, cuja vigência do certificado é de 17 de maio de 2019 a 16 de maio de 2022.

Em dezembro de 2021 e dezembro de 2024, foram protocolados no Ministério da Educação (MEC) os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente à vigência de maio de 2022 a maio de 2025, conforme o Processo nº 23000.031973/2021-29 e à vigência de maio de 2025 a maio de 2028, conforme o Processo nº 23000.050803/2024-96, respectivamente, os quais se encontram em análise. De acordo com o art. 37 § 2º da Lei Complementar nº 187/2021 e art. 14 de seu Decreto Regulamentador nº 11.791/23, a Fundação continua a usufruir da certificação relativa ao Processo nº 23000.014355/2019-08 até o julgamento dos novos pedidos de certificação.

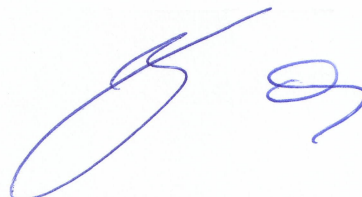
Aquisição de novas instalações

Em 06 de dezembro de 2022, a FHO adquiriu as instalações onde até recentemente estava em funcionamento o campus da UNIMEP, instituição pertencente ao Grupo Metodista, localizado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste-SP.

Em uma área de 203,4 mil metros quadrados, com construções e benfeitorias que totalizam uma área construída de 18,8 mil metros quadrados. A FHO arrematou em leilão o imóvel pelo valor de R\$ 50.000.000, sendo uma entrada de R\$ 12.500.000 e mais seis parcelas semestrais de R\$ 6.250.000, vide detalhes nota explicativa nº 15.



10



Pelo exposto, esta aquisição vai além de uma simples transação comercial. Ela representa a continuidade do uso das instalações do campus de Santa Bárbara d'Oeste-SP para os mesmos nobres objetivos que o levaram a ser implantado. Representa a oferta de ensino superior de qualidade na região, ampliando as oportunidades, em especial aos componentes de famílias menos favorecidas financeiramente. Após realizada a aquisição, para a instalação de um campus da FHO no local, nos exercícios de 2023 a 2025, foram realizadas reformas, adaptações e melhoramentos da infraestrutura.

Em 2023 foi submetido ao Ministério da Educação (MEC) o pedido de credenciamento do novo campus da FHO e no início de 2024 ocorreu a visita in-loco para análise do pedido. A FHO obteve êxito, tendo seu novo campus credenciado através da Portaria nº 1.206, de 19 de dezembro de 2024, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2024.

Durante o ano de 2025 a FHO esteve trabalhando no planejamento de todas as atividades administrativas e acadêmicas, e a partir de 2026 passará a oferecer os cursos de Administração, Contabilidade, Economia, Pedagogia, Engenharia de Produção, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Sistemas de Informação.

Acreditamos que com a maturidade acadêmica e administrativa alcançada pela FHO, teremos êxito nesta iniciativa, o que resultará numa maior estabilidade futura da própria Fundação Hermínio Ometto.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - Com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que tratam de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

Regime contábil adotado

A Instituição adota o regime de competência em suas práticas contábeis, sendo que suas receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, respeitando os Princípios da Oportunidade e da Competência.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 17 de março de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Fundação estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real, e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis.

Uso de estimativas e julgamentos

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 10** - Premissas para constituição de provisão para perdas de crédito esperadas;
- **Nota Explicativa nº 11** - Vida útil dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota Explicativa nº 16** - Provisões de processos judiciais.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Fundação estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado), e reportes diretamente para a Diretoria Financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do

período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas, pela FHO, de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

5 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativo financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Fundação pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.. No reconhecimento inicial, a Fundação pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Fundação realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Fundação;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Fundação.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado

período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Fundação considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Fundação considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Fundação a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

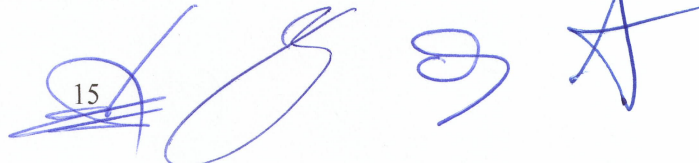
(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Fundação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Fundação realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

15



Passivos financeiros

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Fundação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Fundação atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Fundação atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Fundação aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação espontânea, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.²

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Conta	2025	2024
Edificações	28,5 a 55 anos	13,5 a 60 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	25 anos
Instalações	1 a 24,4 anos	2 a 20 anos
Móveis e utensílios	1 a 29,3 anos	5 a 15 anos
Veículos	1 a 16 anos	4 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Fundação e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorrido.




(iii) Amortização

A amortização é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Conta	Taxa - Anos
Sistemas Aplicativos - Softwares	1 a 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

c. Contas a receber de alunos

Correspondem aos valores a receber de alunos referente as mensalidades ou prestação de serviços pela Fundação. As contas a receber de alunos são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para “impairment”.

A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelos diversos tipos de títulos: boletos de mensalidades, de termos de acordo, de PagFácil, etc. O cálculo da provisão é baseado em estimativas ao longo de um período de 60 meses, após o vencimento dos títulos, em virtude de que há movimentação dos títulos dentro deste período. Normalmente, na prática, o contas a receber é reconhecido ao valor faturado e ajustado ao valor de realização. O contas a receber de alunos decorrentes de operações de longo prazo é ajustado a valor presente.

d. Redução ao valor recuperável – Impairment

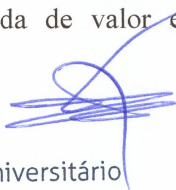
(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que esta não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Fundação considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis são então avaliados




coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Fundação utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

A Administração da Fundação não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

f. Receita operacional - Mensalidades

A receita operacional de mensalidades que inclui parcelas de anuidades/semestralidades no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, sendo reconhecida mensalmente conforme a realização contratual.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente os encargos recebidos sobre mensalidades em atraso e a atualização do PagFácil. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.



As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e ajuste a valor presente de créditos a receber.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Fundação utiliza a taxa de 4,0% (5,5% em 2024) para o cálculo do AVP.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, a Fundação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Fundação utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Fundação aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Fundação optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo

incremental da Fundação. Geralmente, a Fundação usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Fundação determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Fundação alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Fundação apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

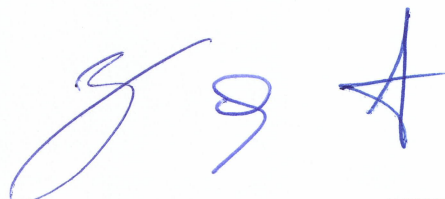
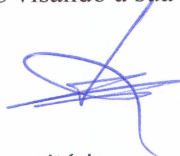
A Fundação optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Fundação reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

j. Gratuidades

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços educacionais foi reconhecido pelo valor efetivamente praticado, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

k. Destinação do *superávit*

A Fundação não tem finalidades lucrativas e não distribuiu lucros, bonificações ou vantagens financeiras aos seus diretores ou mantenedores, e os saldos de seu balanço são aplicados no aumento do seu patrimônio visando a sua continuidade.



1. Novas normas e interpretações ainda não adotadas aplicáveis as demonstrações financeiras

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025.

A Fundação não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Fundação ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Fundação também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Fundação:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alteração IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

6 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.



Contas a receber de alunos e outros créditos

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Outros passivos financeiros não derivativos

Os financiamentos e empréstimos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	2025	2024
Caixa e bancos	49.664	75.340
Aplicações financeiras (i)	<u>616.700</u>	<u>5.307.162</u>
	<u>666.364</u>	<u>5.382.502</u>

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros se referem substancialmente a aplicações automáticas e Certificados de depósitos bancários de renda fixa, remunerados a uma taxa de até 108% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2025 (108% a.a. em 2024).

A exposição da Fundação a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21.

8 Contas a receber de alunos

	2025	2024
Mensalidades a receber (i)	152.538.391	154.010.350
Cheques em cobrança	88.525	88.941
Crédito estudantil (ii)	<u>101.891.009</u>	<u>104.807.539</u>
	<u>254.517.925</u>	<u>258.906.830</u>
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (iii)	(60.378.936)	(64.677.644)
(+) Ajuste a valor presente (iv)	<u>(6.293.877)</u>	<u>(8.403.742)</u>
	<u>187.845.112</u>	<u>185.825.444</u>
(-) Parcela a receber a longo prazo classificada no ativo não circulante (v)	<u>(131.911.450)</u>	<u>(131.049.530)</u>
Parcelas no ativo circulante	<u>55.933.662</u>	<u>54.775.914</u>

- (i) Mensalidades a receber inclui parcelas de anuidades vencidas e a vencer.
- (ii) Crédito estudantil refere-se a uma operação de crédito próprio da Fundação, a todos seus alunos, extensivo também aos bolsistas parciais, ele possibilita o pagamento de parte do curso depois de formado e é viabilizado com recursos próprios, sem intermediação de instituição financeira. As parcelas são pagas com o mesmo reajuste aplicado anualmente em cada curso, sem acréscimo de juros e sem análise de crédito quando da contratação. As mensalidades com

vencimentos em períodos futuros são reconhecidas mensalmente conforme a realização contratual. Em garantia a cada contrato efetivado, há a participação de um corresponsável - garantidor solidário, ou seja, "fiador". O programa de Crédito Estudantil próprio, teve início no ano de 2008, sendo assim a Fundação possui um histórico de recebimentos com mais de 10 anos, onde é verificado que a provisão para perdas de crédito exclusivamente destes recebimentos possui o mesmo comportamento dos recebimentos das mensalidades dos alunos em curso, fato demonstrado abaixo na "Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas".

- (iii) A Provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. O cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas considera os percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos considerando o período de maturação na carteira de mensalidades a receber, bem como as expectativas de negociações com os alunos ao longo do curso. Esses índices são atualizados mensalmente para composição da série histórica que é base para a estimativa da provisão para perdas de crédito esperadas reconhecida.
- (iv) O valor presente (AVP) é calculado sobre os valores de receita reconhecidas mensalmente e que tenham vencimentos em períodos futuros, notadamente produtos usados pelos alunos beneficiados pelo crédito estudantil próprio - PagFácil. A taxa média ponderada utilizada para realizar o desconto dos valores no período foi de 4,0% (5,5% em 31 de dezembro de 2024). A reversão do AVP constituído no mês da receita, pode ocorrer de 2 formas: a) pela evolução natural dos contratos no tempo, isto é, mensalmente é revertido o valor proporcional do mês com impacto positivo no resultado; e b) quando ocorre a evasão do aluno, que nos permite, de acordo com o contrato assinado, cobrar antecipadamente o saldo devedor e, nesse caso, o saldo do AVP é revertido integralmente.
- (v) Contas a receber do PagFácil e de renegociações de mensalidades com vencimento superior a 365 dias, líquido dos ajustes a valor presente. O contas a receber apresentou aumento decorrente de uma maior exposição dos produtos de parcelamento da Fundação, como o PagFácil, nos quais o pagamento ocorre apenas após a conclusão do curso, aliado ainda ao elevado volume de acordos financeiros (renegociações de mensalidades em atraso) com parcelamentos tendo seus vencimentos superiores a 365 dias.

A composição das mensalidades a receber por idade de vencimento é dada por:

	2025	2024
Créditos a longo prazo	45.700.630	46.932.735
Créditos a vencer em até 360 dias	49.220.192	48.971.188
Créditos em atraso de 1 a 30 dias	2.061.750	2.101.519
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	1.481.539	1.567.790
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	1.246.550	1.332.163
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	2.594.222	2.769.994
Créditos em atraso entre 6 meses e 1 ano	3.736.973	3.766.374
Créditos em atraso entre 1 ano e 2 anos	5.359.763	5.260.939
Créditos em atraso acima de 2 anos	41.136.772	41.307.648
	<u>152.538.391</u>	<u>154.010.350</u>

A composição do crédito estudantil por idade de vencimento é dada por:

	2025	2024
Créditos a vencer de 1 a 2 anos	42.842.001	43.027.149
Créditos a vencer de 2 a 3 anos	20.954.758	21.253.203
Créditos a vencer de 3 a 4 anos	19.169.586	20.034.511
Créditos a vencer de 4 a 5 anos	13.492.531	14.445.185
Créditos a vencer a mais de 5 anos	5.432.133	6.047.491
	<u>101.891.009</u>	<u>104.807.539</u>

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

Saldo da provisão em 1º de janeiro de 2025	(64.677.644)
Estorno da provisão durante o exercício	14.060.003
Complemento da provisão durante o exercício	(9.761.295)
Saldo da provisão em 31 de dezembro de 2025	(60.378.936)
Saldo da provisão em 1º de janeiro de 2024	(70.531.421)
Estorno da provisão durante o exercício	7.106.619
Complemento da provisão durante o exercício	(1.252.842)
Saldo da provisão em 31 de dezembro de 2024	(64.677.644)

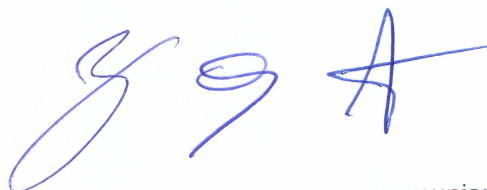
Movimentação do ajuste a valor presente

Saldo em 1º de janeiro de 2025	(8.403.742)
Estorno do ajuste durante o exercício	3.358.997
Complemento do ajuste durante o exercício	(1.249.132)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(6.293.877)
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(5.229.002)
Estorno do ajuste durante o exercício	-
Complemento do ajuste durante o exercício	(3.174.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(8.403.742)

Mensalidades: A Fundação constitui mensalmente a provisão para perdas de crédito esperadas analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua “*performance*” de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos, que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. Para títulos vencidos acima de 60 meses – provisão de 100%. Vencidos até 60 meses - provisão de 59% do total em aberto (68% em 2024), o que representa 3% do faturamento (4% em 2024). Para os títulos a vencer – provisão de 7,6% do total em aberto (8,5% em 2024).

Crédito estudantil: A Fundação constitui mensalmente a provisão para perdas de crédito esperadas, analisando o comportamento dos valores recebíveis dos títulos de crédito estudantil a cada mês. Para esses títulos a vencer, a provisão é de 6,2% do total em aberto (7,6% em 2024).

A exposição da Fundação a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de alunos e a outras contas é divulgada na nota explicativa nº 21.

Fundação Hermínio Ometto
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

9 Imobilizado
a. Movimentação do custo

Custo	Edificações	Edificações - Reavaliação	Benefitorias em imóveis de terceiros	Benefitorias com pavimentação	Imobilizado em andamento - Equipamentos	Instalações	Instalações - Reavaliação	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios - Reavaliação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	46.658.092	22.539.191	211.488	5.595.599	-	25.734.043	1.587.563	5.069.533	672.986	
Adições	-	-	-	-	411.201	3.009.125	-	265.460	-	
Baixas	-	-	-	-	(394.131)	(27.674)	(171.116)	(3.637)	-	
Transferências	798.867	-	309.985	-	(5.611)	5.611	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	47.456.959	22.539.191	521.473	5.595.599	405.590	28.354.648	1.559.889	5.163.877	669.349	
Adições	-	-	-	-	936.080	4.174.835	-	667.765	-	
Baixas	-	-	-	-	(1.341.670)	(114.976)	(26.627)	(84.893)	(10.770)	
Transferências (i)	47.000.310	-	953.211	-	3.329.214	-	-	1.071.820	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	94.457.269	22.539.191	521.473	6.548.810	-	35.743.721	1.533.262	6.818.569	658.579	
Custo	Veículos	Veículos - Reavaliação	Biblioteca	Terrenos	Terrenos - Reavaliação	Obras em andamento	Imobilizado em andamento	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	318.305	34.079	4.283.226	300.000	6.179.550	6.766.341	51.395.621	177.345.617		
Adições	543.497	-	11.187	-	-	1.634.119	3.368.400	9.242.989		
Baixas	(58.043)	-	(50)	-	-	-	-	(654.651)		
Transferências	-	-	-	-	-	(1.108.852)	-	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	803.759	34.079	4.294.363	300.000	6.179.550	7.291.608	54.764.021	185.933.955		
Adições	134.627	-	5.892	-	-	6.006.519	4.062.401	15.988.119		
Baixas	(97.243)	-	(48.865)	-	-	-	-	(383.374)		
Transferências (i)	-	-	-	8.697.228	-	(883.691)	(58.826.422)	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2025	841.143	34.079	4.251.390	8.997.228	6.179.550	12.414.436	-	201.538.700		

Fundação Hermínio Ometto
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025*
b. Movimentação da depreciação

Depreciação	Edificações	Edificações - Reavaliação	Benefetorias em imóveis de terceiros	Benefetorias com pavimentação	Imobilizado em andamento - Equipamentos	Instalações	Instalações - Reavaliação	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios - Reavaliação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(10.260.242)	(8.996.435)	(211.488)	(1.316.633)	-	(18.606.749)	(1.587.469)	(3.697.510)	(672.986)	
Adições	(1.182.913)	(422.967)	-	(229.332)	-	(1.469.403)	-	(309.730)	-	
Baixas	-	-	-	-	-	390.627	27.674	163.491	3.637	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(11.443.155)	(9.419.402)	(211.488)	(1.545.965)	-	(19.685.525)	(1.559.795)	(3.843.749)	(669.349)	
Adições	(710.930)	(313.498)	(61.997)	(217.625)	-	(1.136.911)	-	(206.911)	-	
Baixas	-	-	-	-	-	101.205	26.627	38.918	10.770	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(12.154.085)	(9.732.900)	(273.485)	(1.763.590)	-	(20.721.231)	(1.533.168)	(4.011.742)	(658.579)	
Valor líquido contábil:										
Em 31 de dezembro de 2024	36.013.804	13.119.789	309.985	4.049.634	405.590	8.669.123	94	1.320.128	-	
Em 31 de dezembro de 2025	82.303.184	12.806.291	247.988	4.785.220	-	15.022.490	94	2.806.827	-	
Depreciação										
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(304.526)	(34.079)	-	-	-	-	-	-	(45.688.117)	
Adições	(62.744)	-	-	-	-	-	-	-	(3.677.089)	
Baixas	58.043	-	-	-	-	-	-	-	643.472	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(309.227)	(34.079)	-	-	-	-	-	-	(48.721.734)	
Adições	(55.486)	-	-	-	-	-	-	-	(2.703.358)	
Baixas	93.489	-	-	-	-	-	-	-	271.009	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(271.224)	(34.079)	-	-	-	-	-	-	(51.154.083)	
Valor líquido contábil:										
Em 31 de dezembro de 2024	494.532	-	4.294.363	300.000	6.179.550	7.291.608	54.764.021	137.212.221		
Em 31 de dezembro de 2025	569.919	-	4.251.390	8.997.228	6.179.550	12.414.436	-	150.384.617		

- (i) O valor demonstrado como imobilizado em andamento, refere-se à aquisição do campus situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste-SP o qual desde o início do exercício de 2023 passou por diversas reformas e adaptações em sua estrutura. Em 2025, a Fundação contratou a empresa Apollo Gestão Empreendedora, com a finalidade de estimar o valor das edificações, instalações, móveis e utensílios, adquiridos junto à aquisição do campus de Santa Bárbara d'Oeste-SP e, com a finalização das obras e início das atividades do campus em 2026, esses valores estimados no laudo emitido pela Apollo, somado aos juros capitalizados no período, foram transferidos para as diversas contas do imobilizado.

Imobilizado em andamento

Saldo em 1º de janeiro de 2024	51.395.621
Juros capitalizados durante o exercício	3.368.400
Transferências	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	54.764.021
Saldo em 1º de janeiro de 2025	54.764.021
Juros capitalizados durante o exercício	4.062.401
Transferências	(58.826.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

Vida útil dos ativos

A Fundação, através da contratação da empresa Apollo Gestão Empreendedora, efetuou a revisão da vida útil do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Não ocorreram mudanças significativas nas vidas úteis.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável dos ativos, a Fundação monitora o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável dos mesmos.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

10 Financiamentos e empréstimos

	2025	2024
Moeda Nacional		
Finame - juros de 3,60% a 6,81% a.a.	-	225.325
Conta garantida – juros de 5,40% e 5,78% a.a.	3.912.906	-
Empréstimos bancários para capital de giro - juros de 18,59% a.a	19.446.782	23.388.214
Crédito direto ao consumidor – juros de 1,09% e 1,19% a.m.	730.266	886.507
Leasing – juros de 13,87% a 19,67% a.a.	2.814.638	597.149
	<u>26.904.592</u>	<u>25.097.195</u>
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante	<u>(12.762.368)</u>	<u>(6.626.798)</u>
Passivo não circulante	<u>14.142.224</u>	<u>18.470.397</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	2025	2024
2026	-	7.177.836
2027	8.740.594	7.177.836
2028	5.123.845	4.072.969
2029	277.785	41.756
	<u>14.142.224</u>	<u>18.470.397</u>

As garantias oferecidas pela Fundação por modalidades de empréstimos são as que seguem:

Modalidade	Garantia
Finame	Alienação fiduciária de ativo fixo
Empréstimos bancários para capital de giro	Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios
Crédito direto ao consumidor	Alienação fiduciária de ativo fixo
Leasing	Alienação fiduciária de ativo fixo

Não há a existência de covenants em nenhuma das modalidades de empréstimos da Fundação.

10.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Variações dos financiamentos e empréstimos	Saldo inicial 01/01/2025	Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	Pagamento de juros	Juros apropriados	Saldo final 31/12/2025
Financiamentos e empréstimos	25.097.195	6.682.446	(6.665.178)	(2.496.439)	4.286.568	26.904.592
Passivo de arrendamento	(1.950.685)	-	(215.343)	-	-	(2.166.028)
Movimentações sem efeito caixa		Adição de provisão (i)	Baixa de contrato (i)	Amortização de AVP	Adição de AVP	
Passivo de arrendamento	<u>2.234.305</u>	42.094	-	17.737	(3.092)	<u>2.291.044</u>
Total	<u>25.380.815</u>	<u>6.724.540</u>	<u>(6.880.521)</u>	<u>(2.478.702)</u>	<u>4.283.476</u>	<u>27.029.608</u>

Variações dos financiamentos e empréstimos	Saldo inicial 01/01/2024	Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	Pagamento de juros	Juros apropriados	Saldo final 31/12/2024
Financiamentos e empréstimos	21.489.115	2.565.617	(2.178.985)	(245.469)	3.466.917	25.097.195
Passivo de arrendamento	(1.744.342)	-	(206.343)	-	-	(1.950.685)

Movimentações sem efeito caixa	Adição de provisão (i)	Baixa de contrato (i)	Amortização de AVP	Adição de AVP	
Passivo de arrendamento	<u>2.188.849</u>	<u>15.401</u>	<u>-</u>	<u>31.229</u>	<u>(1.174)</u>
Total	<u>21.933.622</u>	<u>2.581.018</u>	<u>(2.385.328)</u>	<u>(214.240)</u>	<u>3.465.743</u>
					<u>25.380.815</u>

- (i) As movimentações referentes a adições e baixas de contratos não possuem efeito caixa, bem como não há ajuste ao lucro, pois são provisões realizadas entre as contas de ativo e passivo.

11 Impostos a recolher

	2025	2024
I.R.R.F a recolher s/ salário	1.047.838	990.558
Outras	<u>31.734</u>	<u>25.528</u>
	<u>1.079.572</u>	<u>1.016.086</u>

12 Salários e férias a pagar

	2025	2024
Salários a pagar	2.311.563	2.091.649
Provisão de férias	3.023.886	2.745.423
INSS a recolher	283.253	240.270
FGTS a recolher	<u>598.268</u>	<u>560.640</u>
	<u>6.216.970</u>	<u>5.637.982</u>

13 Outras contas a pagar

	2025	2024
Compra de imobilizado a pagar (i)	-	13.747.015
Repasses prestação serviços (ii)	2.823.814	3.599.243
Outras	<u>137.696</u>	<u>135.804</u>
	<u>2.961.510</u>	<u>17.482.062</u>
Passivo circulante	<u>(1.346.768)</u>	<u>(15.257.611)</u>
Passivo não circulante	<u>1.614.742</u>	<u>2.224.451</u>

- (i) Refere-se a aquisição de um imóvel localizado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste-SP, que será destinado a abertura de um novo Campus para atividades educacionais da Fundação Hermínio Ometto. O valor total da aquisição é de R\$ 50.000.000 e conforme Carta de Arrematação, o montante de R\$ 12.500.000 foi pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, outras 4 parcelas de R\$ 6.250.000 (valor original) cada, foram pagas nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2024, semestralmente e o saldo de R\$ 12.500.000 (valor original) foi pago em 2 parcelas semestrais de R\$6.250.000 no exercício findo de 31 de dezembro de 2025, as quais foram corrigidas pelo IPCA do período, contado da data do pagamento da parcela inicial.

No exercício de 2025 o montante de juros pagos nas 2 parcelas foi de R\$ 1.754.296 (R\$ 1.090.205 em 2024), e o montante de juros provisionados no exercício foi de R\$ 507.281 (R\$ 1.087.225 em 2024).

- (ii) Refere-se a contratos firmados com parceiros para prestação de serviços educacionais referente à oferta de cursos de pós-graduação "lato sensu" e de programas de pós-graduação "stricto sensu" em diversas áreas. Do valor recebido das mensalidades um percentual estabelecido em contrato é repassado aos parceiros mensalmente.

14 Provisões de processos judiciais

Demandas judiciais

A Fundação está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa destes, ou pela sua importância na situação patrimonial da Fundação. Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Fundação, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às demandas em discussão judicial eram:

	2025	2024
Cíveis e trabalhistas	<u>924.674</u>	<u>176.400</u>

A movimentação ocorrida no exercício foi a seguinte:

	Cíveis e trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>165.000</u>	<u>165.000</u>
Adição de provisões durante o exercício	26.400	26.400
Reversão de provisões durante o exercício	-	-
Baixas de provisões durante o exercício	<u>(15.000)</u>	<u>(15.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>176.400</u>	<u>176.400</u>
Adição de provisões durante o exercício (i)	1.271.448	1.271.448
Reversão de provisões durante o exercício	-	-
Baixas de provisões durante o exercício	<u>(523.174)</u>	<u>(523.174)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>924.674</u>	<u>924.674</u>

- (i) O significativo aumento das Adições de provisões registradas no exercício de 2025, trata-se da decisão proferida pela 1ª Vara Federal de São Carlos, nos autos da Ação Civil Pública nº 0000174-65.2006.4.03.6115, proposta pelo Ministério Público Federal, a qual determinou em sentença final a devolução de valores recebidos e devidamente corrigidos, referentes as taxa de expedição e registro de diploma em papel cartão (modelo oficial), no período de 16/01/2001 a 24/07/2007.

A Fundação possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 2.333.718 (R\$ 1.648.443 em 31 de dezembro de 2024).

As eventuais perdas mensuradas neste montante se referem a reclamações trabalhistas e cíveis e a Manifestações de Inconformidade emitidas pela Receita Federal do Brasil, devido a não homologação das compensações declaradas em PER/DCOMP, referente ao recolhimento indevido de PIS s/folha de salários do período de janeiro de 2015 a setembro de 2017. Tais Manifestações totalizam um montante de R\$ 1.582.622.





A Fundação, baseada na avaliação de êxito dos seus assessores jurídicos, que consideram possível o risco de perda das respectivas ações; não reconheceu nenhuma provisão para contingências fiscais nas demonstrações financeiras relativas a tal assunto.

15 Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social

As rendas geradas pela Fundação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº1.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Fundação, seu acervo será incorporado integralmente ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Araras, respeitadas as condições impostas às doações imobiliárias e a obrigação de destiná-lo a finalidades educacionais. Caso o acervo recebido venha a ser transferido pela Prefeitura Municipal de Araras à outras entidades com finalidade educacional, estas deverão ser necessariamente entidades beneficentes certificadas ou entidades públicas.

b. Reserva de reavaliação

Decorre dos saldos da reserva de reavaliação de ativos próprios, contabilizada pela Fundação no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e que vem sendo realizado mediante alienação, baixa e depreciação dos respectivos bens do ativo imobilizado reavaliado.

c. Superávit do exercício

O superávit apurado no exercício será destinado integralmente no próximo exercício para o Patrimônio social conforme art.2º do Estatuto social da Fundação Hermínio Ometto.

16 Receitas operacionais

	2025	2024
Receita bruta de prestação de serviços		
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	102.358.539	101.775.519
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas	55.614.126	55.037.116
Receitas dos serviços prestados clínicas	929.194	637.425
Outros serviços educacionais	<u>631.722</u>	<u>567.966</u>
	159.533.580	158.018.026
(-) Deduções das receitas		
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais 100%	(1.651.787)	(4.011.004)
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais 50%	(436.498)	(1.394.643)
Bolsas de estudos – LC 187/21 - Integrais 100%	(12.719.816)	(11.065.210)
Bolsas de estudos – LC 187/21 - Parciais 50%	(40.806.025)	(38.566.259)
Outras bolsas de estudo	(18.224.618)	(16.888.573)
Devoluções e cancelamentos	(5.595.939)	(8.135.394)
Descontos concedidos	(7.515.551)	(7.551.639)
COFINS imune sobre faturamento	<u>(4.882.270)</u>	<u>(4.764.517)</u>
	<u>(91.832.504)</u>	<u>(92.377.239)</u>
Receita operacional líquida	<u>67.701.077</u>	<u>65.640.787</u>

17 Despesas operacionais por natureza

	2025	2024
Salários e encargos sociais	(47.201.582)	(43.693.867)
Serviços prestados por terceiros	(4.864.706)	(6.100.249)
Depreciação e amortização	(2.911.419)	(3.885.186)
Benefícios e concessões a funcionários	(4.137.858)	(3.925.015)
Viagens e representações	(535.753)	(474.311)
Energia elétrica	(1.776.779)	(1.657.460)
Aluguéis	(177.591)	(117.410)
Marketing e propaganda (i)	(2.438.634)	(1.113.690)
Gastos com manutenção e combustíveis	(2.581.232)	(2.027.795)
Outros gastos	(7.372.154)	(5.479.924)
Custos de contribuição previdenciária imune	(10.005.090)	(9.372.793)
Contribuição previdenciária imune	10.005.090	9.372.793
	(73.997.708)	(68.474.907)

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:

Custos dos serviços educacionais	(43.118.607)	(41.971.757)
Custos dos serviços de saúde gratuitos	(1.473.033)	-
Custos dos demais serviços de saúde	(1.049.090)	-
Custos dos demais serviços de atendimento à população	(711.999)	(3.227.810)
Administrativas e gerais	(27.644.978)	(23.275.340)
Custos de contribuição previdenciária imune	(10.005.090)	(9.372.793)
Contribuição previdenciária imune	10.005.090	9.372.793
	(73.997.708)	(68.474.907)

- (i) Em 2025 ocorreu um significativo aumento nas despesas com Marketing e propaganda devido ao início das ações de marketing para a divulgação do novo campus em Santa Bárbara d'Oeste.

18 Financeiras líquidas

Receitas financeiras	2025	2024
Encargos recebidos sobre acordos de mensalidades	7.734.670	10.875.879
Atualização PagFácil	6.773.165	6.476.303
Ajuste a valor presente de créditos a receber	2.012.065	-
Multas/Juros	1.192.971	1.483.367
Rendimento de aplicações financeiras	922.288	667.515
Outras receitas financeiras	2.716	9.785
	18.637.875	19.512.849

Despesas financeiras

	2025	2024
Juros e encargos financeiros	(760.382)	(1.189.799)
Ajuste a valor presente de créditos a receber	-	(3.163.991)
Outras despesas financeiras	(126.297)	(141.711)
Despesas bancárias	(4.443)	(5.391)
	(891.122)	(4.500.892)
Resultado financeiro líquido	17.746.753	15.011.957

19 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Fundação. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria Administrativo-financeira tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Fundação. A Diretoria Administrativo-financeira é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria Administrativo-financeira sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Fundação para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. Esta, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito (Contas a receber de alunos e outros créditos)

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso seus alunos falhem em cumprir com suas obrigações contratuais. A Fundação realiza análises periódicas na inadimplência em sua carteira em aberto, bem como realiza todos os procedimentos de cobrança permitidos pela legislação vigente. Adicionalmente a Fundação reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa em bases mensais, de forma a manter os saldos de contas a receber pelo seu valor líquido de realização mais provável, utilizando-se de sistemáticas consistentes ao longo dos exercícios.

Também, a Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	2025	2024
Caixa e bancos	9	49.664	75.340
Aplicações financeiras	9	616.700	5.307.162
Contas a receber de alunos	10	187.845.112	185.825.444
Contas a receber clínicas		475.366	506.831
Outros créditos		1.498.634	1.006.134
Total		190.485.476	192.720.911

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

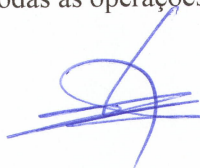
	2025				
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 Anos
Passivos					
Fornecedores	1.196.814	1.196.814	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	26.904.592	8.337.637	4.424.731	8.740.594	5.401.630
Outras contas a pagar	2.961.510	1.346.768	-	1.614.742	-
Total	31.062.916	10.881.219	4.424.731	10.355.336	5.401.630

	2024				
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 Anos
Passivos					
Fornecedores	661.768	661.768	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	25.097.195	3.315.180	3.311.618	7.177.837	11.292.560
Outras contas a pagar	17.482.062	8.384.104	6.873.507	2.224.451	-
Total	43.241.025	12.361.052	10.185.125	9.402.288	11.292.560

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Fundação, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes da nota explicativa nº 10.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Fundação e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Fundação.






O objetivo da Fundação é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Fundação.

Gestão de capital

A política da Diretoria Administrativo-financeira é manter uma sólida base de capital para manter o desenvolvimento futuro das atividades da Fundação. A Diretoria monitora os resultados das atividades operacionais, bem como de suas reservas financeiras, de forma a cumprir compromissos existentes no final de cada exercício.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas categorias

	<u>2025</u>	
	Valor justo através do resultado	Pelo custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	666.364	-
Contas a receber de alunos	-	187.845.112
Contas a receber clínicas	-	475.366
Outros créditos	-	1.498.634
Passivos		
Fornecedores	-	1.196.814
Financiamentos e empréstimos	-	26.904.592
Adiantamento de alunos e de convênios	-	548.306
Outras contas a pagar	-	2.961.510
Total	<u>666.364</u>	<u>221.430.334</u>
	<u>2024</u>	
	Valor justo através do resultado	Pelo custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	5.382.502	-
Contas a receber de alunos	-	185.825.444
Contas a receber clínicas	-	506.831
Outros créditos	-	1.006.134
Passivos		
Fornecedores	-	661.768
Financiamentos e empréstimos	-	25.097.195
Adiantamento de alunos e de convênios	-	666.441
Outras contas a pagar	-	17.482.062
Total	<u>5.382.502</u>	<u>231.245.875</u>

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado

ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

O contas a receber de alunos e outros créditos, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Fundação, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Contas a receber de alunos	187.845.112	187.845.112	185.825.444	185.825.444
Contas a receber clínicas	475.366	475.366	506.831	506.831
Outros créditos	1.498.634	1.498.634	1.006.134	1.006.134
Passivos				
Fornecedores	1.196.814	1.196.814	661.768	661.768
Financiamentos e empréstimos	26.904.592	26.904.592	25.097.195	25.097.195
Adiantamentos de alunos e de convênios	548.306	548.306	666.441	666.441
Outras contas a pagar	2.961.510	2.961.510	17.482.062	17.482.062

Hierarquia de valor justo

Para os valores justos reconhecidos no balanço, o Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros Evidenciação requer a divulgação para cada classe de instrumentos financeiros e derivativos, a qual classe de apuração do valor justo foi utilizada, seguindo as definições abaixo:

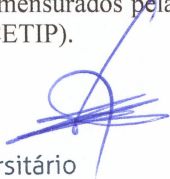
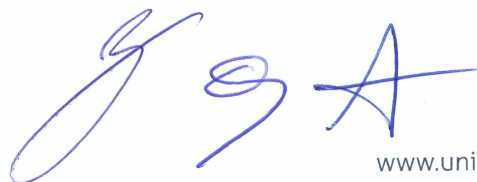
Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para tanto, a Fundação definiu os respectivos níveis da seguinte forma:

Nível 2 - São classificados nesse nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, representados por aplicações financeiras CDB - DI, negociados com seus respectivos bancos e mensurados pela cotação de mercado, divulgados pelas respectivas bolsas de valores (BM&F Bovespa e CETIP).

	Valor contábil em 2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	666.364	-	666.364	-
	Valor contábil em 2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5.382.502	-	5.382.502	-

20 Partes relacionadas

Operações com o pessoal-chave da Administração

Os membros do Conselho Superior são responsáveis pela Administração da Fundação de acordo com o art. 4º do seu Estatuto Social e são consideradas as pessoas-chave que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Fundação.

Os membros do Conselho Superior não possuem nenhum tipo de remuneração ou benefício, diretos ou indiretos. Desta forma, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em *performance* de superávit.

21 Informações adicionais

Em atendimento ao art. 3º da Lei Complementar nº 187/2021 e ao art. 3º § 3º de seu Decreto Regulamentador nº 11.791/23, a Fundação está divulgando como informações adicionais o balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício na data-base 31 de dezembro de 2025 relacionadas às áreas de educação, de saúde e outras atividades institucionais, conforme quadro abaixo:

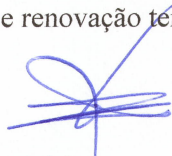
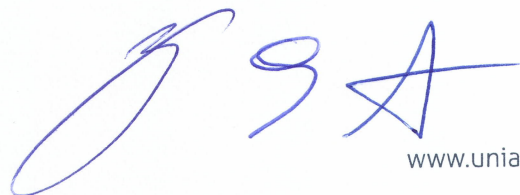
Ativo	Área da educação	Área da saúde	Outras atividades	Total
Caixa e equivalentes de caixa	636.456	11.762	18.146	666.364
Contas a receber de alunos	106.926.286	-	-	106.926.286
Ajuste a valor presente	(408.593)	-	-	(408.593)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(50.584.031)	-	-	(50.584.031)
Repasse de recursos	15.786.321	(6.468.381)	(9.317.940)	-
Contas a receber clínicas	-	475.366	-	475.366
Estoques	188.853	87.329	126.030	402.212
Outros créditos	1.140.254	38.817	54.372	1.233.443
Total do ativo circulante	73.685.546	(5.855.107)	(9.119.392)	58.711.047
Depósitos judiciais	343.049	-	-	343.049
Contas a receber de alunos	147.591.639	-	-	147.591.639
Ajuste a valor presente	(5.885.284)	-	-	(5.885.284)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(9.794.905)	-	-	(9.794.905)
Outros créditos	265.191	-	-	265.191
Total do realizável a longo prazo	132.519.690	-	-	132.519.690
Direito de uso	91.048	24.403	-	115.451
Imobilizado	149.041.897	595.341	747.379	150.384.617

Ativo	Área da educação	Área da saúde	Outras atividades	Total
Intangível	18.678	-	-	18.678
Total do ativo não circulante	281.671.313	619.744	747.379	283.038.436
Total do ativo	355.356.859	(5.235.363)	(8.372.013)	341.749.483
Passivo	Área da educação	Área da saúde	Outras atividades	Total
Financiamentos e empréstimos	12.762.368	-	-	12.762.368
Fornecedores	1.155.976	40.332	506	1.196.814
Passivo de arrendamento	100.194	15.292	-	115.486
Impostos e contribuições a recolher	1.073.107	3.083	3.382	1.079.572
Salários e férias a pagar	5.978.825	175.817	62.328	6.216.970
Adiantamentos de alunos e de convênios	548.306	-	-	548.306
Receita diferida	180.629	-	-	180.629
Outras contas a pagar	1.203.844	142.073	851	1.346.768
Total do passivo circulante	23.003.249	376.597	67.067	23.446.913
Financiamentos e empréstimos	14.142.224	-	-	14.142.224
Passivo de arrendamento	-	9.530	-	9.530
Provisões de processos judiciais	924.674	-	-	924.674
Receita diferida	680.000	-	-	680.000
Outras contas a pagar	1.614.742	-	-	1.614.742
Total do passivo não circulante	17.361.640	9.530	-	17.371.170
Patrimônio líquido				
Patrimônio social	272.582.680	(3.823.295)	(8.323.027)	260.436.358
Reserva de reavaliação	18.952.143	-	9.121	18.961.264
Superávits acumulados	23.457.147	(1.798.195)	(125.174)	21.533.778
Total do patrimônio líquido	314.991.970	(5.621.490)	(8.439.080)	300.931.400
Total do passivo	40.364.889	386.127	67.067	40.818.083
Total do passivo e patrimônio líquido	355.356.859	(5.235.363)	(8.372.013)	341.749.483
Demonstrações de resultados	Área da educação	Área da saúde	Outras atividades	Total
Receita bruta da prestação de serviços				
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	102.358.539	-	-	102.358.539
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas	55.614.126	-	-	55.614.126
Receitas dos serviços prestados clínicas	-	929.194	-	929.194
Outros serviços educacionais	631.722	-	-	631.722
Total receitas	158.604.387	929.194	-	159.533.580
(-) Deduções das receitas				
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais - 100%	(1.651.787)	-	-	(1.651.787)

Demonstrações de resultados	Área da educação	Área da saúde	Outras atividades	Total
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais - 50%	(436.498)	-	-	(436.498)
Bolsas de estudos - LC 187/21 - Integrais - 100%	(12.719.816)	-	-	(12.719.816)
Bolsas de estudos - LC 187/21 - Parciais - 50%	(40.806.025)	-	-	(40.806.025)
Outras bolsas de estudos	(18.224.618)	-	-	(18.224.618)
Devoluções e cancelamentos	(5.595.939)	-	-	(5.595.939)
Descontos concedidos	(7.515.551)	-	-	(7.515.551)
COFINS imune sobre faturamento	(4.834.416)	(27.903)	(19.951)	(4.882.270)
Receita operacional líquida	66.819.737	901.291	(19.951)	67.701.077
Custo dos serviços prestados				
Custos dos serviços educacionais	(42.154.420)	(180.805)	(783.383)	(43.118.607)
Custos dos serviços de saúde gratuitos	-	(1.473.033)	-	(1.473.033)
Custos dos demais serviços de saúde	-	(1.049.090)	-	(1.049.090)
Custos dos serviços de atendimentos à população	(711.999)	-	-	(711.999)
Custos de contribuição previdenciária imune	(9.717.897)	(224.623)	(62.570)	(10.005.090)
	(52.584.316)	(2.927.551)	(845.953)	(56.357.819)
Resultado bruto	14.235.421	(2.026.260)	(865.904)	11.343.258
Outras receitas operacionais				
Outras receitas operacionais	451.166	-	658.412	1.109.578
Serviços voluntários obtidos	400	-	-	400
Imunidade das contribuições sociais usufruídas	4.834.416	27.903	19.951	4.882.270
Outras despesas operacionais				
Constituição de perdas de crédito esperadas	3.850.604	-	-	3.850.604
Administrativas e gerais	(27.644.978)	-	-	(27.644.978)
Contribuição previdenciária imune	9.717.897	224.623	62.570	10.005.090
Despesas com serviços voluntários	(400)	-	-	(400)
Outras despesas operacionais	(64.534)	(6.715)	-	(71.249)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	5.379.992	(1.780.449)	(124.971)	3.474.572
Receitas financeiras	18.628.708	1.794	7.373	18.637.875
Despesas financeiras	(863.787)	(19.540)	(7.795)	(891.122)
Financeiras líquidas	17.764.921	(17.746)	(422)	17.746.753
Superávit do exercício	23.144.913	(1.798.195)	(125.393)	21.221.325

22 Contribuições sociais usufruídas

A Fundação, na condição de entidade sem fins lucrativos e com atividade preponderante na área da Educação, conta com o CEBAS, publicado no Diário Oficial da União em 06 de abril de 2022, relativo ao Processo nº 23000.014355/2019-08, cuja vigência do certificado é de 17 de maio de 2019 a 16 de maio de 2022, e renovação tempestiva.

Sendo assim a Fundação usufrui da Imunidade Tributária até o julgamento do seu processo, conforme determina o art. 37 § 2º da Lei Complementar nº 187/2021 e art. 14 de seu Decreto Regulamentador nº 11.791/23.

Em decorrência, a Fundação está imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o eventual superávit apurado, da contribuição previdenciária (quota patronal) ao INSS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Programa de Integração Social (PIS) calculado à alíquota de 1% sobre o montante da folha de salários.

Conforme os arts. 3º e 4º da Lei Complementar 187/2021 e art. 2º de seu Decreto Regulamentador nº 11.791/23, a entidade beneficente certificada faz jus à imunidade do pagamento das contribuições de que tratam o § 7º do art. 195, os incisos I, III e IV do caput do art. 195 e do art. 239 da Constituição Federal. O total das imunidades das contribuições sociais usufruídas durante o exercício é o seguinte:

	2025 - Em R\$
Imunidade de INSS cota patronal sobre remunerações, contribuintes individuais e cooperativas de trabalho	10.005.090
Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	<u>4.882.270</u>
Total das imunidades das contribuições sociais usufruídas.	<u>14.887.360</u>

	2024 - Em R\$
Imunidade de INSS cota patronal sobre remunerações, contribuintes individuais e cooperativas de trabalho	9.372.793
Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	<u>4.764.517</u>
Total das imunidades das contribuições sociais usufruídas.	<u>14.137.310</u>

23 Obrigações da educação para fins do CEBAS

(i) Cadastro nos sistemas de informação

Conforme previsto no art. 18 Inciso II da Lei Complementar nº 187/2021, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Fundação estão informadas no Censo da Educação Superior (E-mec). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Fundação mantém controles destas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema INEP.

(ii) Plano nacional de educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Fundação são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação — Plano Nacional de Educação (PNE) — e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que está inserida e, como consequência, por elas, regulamentadas.

A Fundação cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do art. 214 da Constituição Federal.

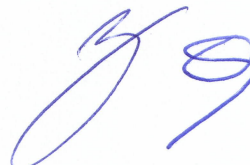
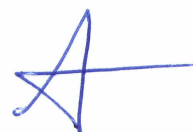
(iii) Análise do perfil socioeconômico

A Fundação mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

(iv) Autorização de funcionamento



41

De acordo com o que determina o art. 18º, § 1º, inciso I da Lei Complementar nº 187/2021, a FHO foi recredenciada junto ao MEC conforme Portaria nº 1.688, de 25 de setembro de 2019 (publicado no DOU de 26/09/2019), pelo prazo de 4 (quatro) anos. O novo pedido de recredenciamento foi protocolado em 06 de setembro de 2023, conforme processo e-MEC nº 202324586, cuja avaliação in loco resultou no Conceito Institucional 5, bem como na prorrogação do prazo do ato autorizativo anterior (nº 1.688/2019), pela Portaria SERES/MEC nº 877, de 28 de novembro de 2025, publicada no DOU de 01/12/2025, até o Calendário Regulatório de 2027, nos termos do art.2º, § 1º, da Portaria MEC nº 381, de 20 de maio de 2025.

Conforme publicado no DOU de 23 de dezembro de 2024, a Fundação teve seu novo campus de Santa Bárbara d'Oeste-SP credenciado por meio da Portaria nº 1.206, de 19 de dezembro de 2024. Para este fim, também em 2024, recebeu a visita de Comissão avaliadora, recebendo o Conceito Institucional (CI) 4.


24 Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

A Fundação, aderente ao atendimento do art. 22 (Educação Superior SEM adesão ao Prouni) da Lei Complementar nº 187/2021 e o art. 62 de seu Decreto Regulamentador nº 11.791/23, apresenta abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do certificado de entidade beneficente.

A Fundação esteve vinculada ao Programa Universidade para Todos – Prouni, desde 2005, tendo oferecido suas bolsas de estudo por este Programa até o processo seletivo, para ingresso em 2020. Por incompatibilidade ao calendário e os cronogramas de oferecimentos das bolsas de estudos do Programa, a Fundação, a partir do ano ingresso 2021, deixou de oferecer bolsas de estudos do Programa Universidade para Todos – Prouni, tudo conforme e com fundamento ao parágrafo 3 do art. 5 da Lei 11.096 de 2005, onde através do Termo de Solicitação de Desvinculação de Instituição de Ensino Superior, requereu em 18 de novembro de 2020, sua desvinculação ao Programa Universidade para Todos - Prouni, reiterando que o estudante beneficiado pelo programa até o ano ingresso de 2020, gozará do benefício concedido até a conclusão do curso. As bolsas de estudos integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos do art. 19 § 1º da Lei Complementar nº 187/2021 e do art. 51 de seu Decreto Regulamentador nº 11.791/23.

Demonstrativo 1/9 e 1/4 em dezembro	2025	Valor aplicado anualmente
Total de alunos matriculados em dezembro, incluindo as gratuidades	5.682	151.004.956*
(-) Alunos com bolsa integral 100% - Remanescentes do Prouni - Lei nº 11.096/05	93	1.651.787
(-) Alunos com bolsa integral 100% - LC 187/21 - com perfil socioeconômico	478	12.719.816
Número total de alunos com bolsa integral com perfil socioeconômico	571	14.371.603
(-) Outras bolsas integrais 100% - Convenção coletiva e bolsas institucionais	129	3.115.600
Total de alunos pagantes	4.982	133.517.753
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9 (Art. 22, § 1º Inc. I da Lei Comp. nº 187/21 e art. 62 § 2º Inc. I do Decreto nº 11.791/23)	554	-
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 4 (Art. 22 da Lei Compl. nº 187/21 e Art. 62 do Decreto nº 11.791/23- Superior SEM Prouni)	1.246	-

 42





Demonstrativo 1/9 e 1/4 em dezembro	2025	Valor aplicado anualmente
Cumprimento 1 x 9 - Educação Superior		
Bolsistas integrais (100%) – Prouni remanescentes e LC 187/2021	571	14.371.603
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 9 em dezembro	17	-
Cumprimento 1 x 4 - Educação Superior		
Bolsistas integrais (100%) – Prouni remanescentes e – LC 187/21 – com perfil socioeconômico	571	14.371.603
Bolsistas parciais (50%) - Prouni remanescentes e – LC 187/21 – com perfil socioeconômico	3.379	41.242.523
Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (Art. 22, § 1º Inc. II da Lei Compl. nº 187/21 e Art. 62, § 2º Inc. II do Decreto nº 11.791/23) em dezembro	2.260	55.614.126

Excedente de bolsas da entidade no 1 x 4 em dezembro **1.014**
 *Valor refere-se a apenas alunos de graduação. O montante de R\$ 157.972.665 que consta na DRE, em Receitas de mensalidades / anuidades educacionais mais Receitas de mensalidades com gratuidades / Bolsas, é a receita de mensalidades total da Instituição, incluindo graduação, pós-graduação, mestrado e extensão.

Demonstrativo 1/9 e 1/4 em dezembro	2024	Valor aplicado anualmente
Total de alunos matriculados em dezembro, incluindo as gratuidades	5.889	147.815.422*
(-) Alunos com bolsa integral 100% - Remanescentes do Prouni - Lei nº 11.096/05	211	4.011.004
(-) Alunos com bolsa integral 100% - LC 187/21 - com perfil socioeconômico	440	11.065.210
Número total de alunos com bolsa integral com perfil socioeconômico	651	15.076.214
(-) Outras bolsas integrais 100% - Convenção coletiva e bolsas institucionais	140	3.060.609
Total de alunos pagantes	5.098	129.678.599
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9 (Art. 22, § 1º Inc. I da Lei Comp. nº 187/21 e art. 62 § 2º Inc. I do Decreto nº 11.791/23)	566	-
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 4 (Art. 22 da Lei Compl. nº 187/21 e Art. 62 do Decreto nº 11.791/23- Superior SEM Prouni)	1.275	-
Cumprimento 1 x 9 - Educação Superior		
Bolsistas integrais (100%) – Prouni remanescentes e LC 187/2021	651	15.076.214
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 9 em dezembro	85	-
Cumprimento 1 x 4 - Educação Superior		
Bolsistas integrais (100%) – Prouni remanescentes e – LC 187/21 – com perfil socioeconômico	651	15.076.214
Bolsistas parciais (50%) - Prouni remanescentes e – LC 187/21 – com perfil socioeconômico	3.517	39.960.902

43

Demonstrativo 1/9 e 1/4 em dezembro	2024	Valor aplicado anualmente
Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (Art. 22, § 1º Inc. II da Lei Compl. nº 187/21 e Art. 62, § 2º Inc. II do Decreto nº 11.791/23) em dezembro	<u>2.409</u>	<u>55.037.116</u>

Excedente de bolsas da entidade no 1 x 4 em dezembro 1.134 -

*Valor refere-se a apenas alunos de graduação. O montante de R\$ 156.812.635 que consta na DRE, em Receitas de mensalidades / anuidades educacionais mais Receitas de mensalidades com gratuidades / Bolsas, é a receita de mensalidades total da Instituição, incluindo graduação, pós-graduação, mestrado e extensão.

Além da concessão de bolsas de estudos Prouni e Institucionais, a Fundação concedeu em 2025 outras bolsas de estudos, no valor de R\$ 18.224.618 (R\$ 16.888.573 em 2024), conforme demonstrado na nota explicativa nº18.

25 Demonstrativos das gratuidades da área da saúde

A Fundação Hermínio Ometto celebrou Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento ambulatorial à população, por meio da realização de consultas clínicas, exames diagnósticos laboratoriais e de imagem, prestados de forma integralmente gratuita.

Os atendimentos são realizados nas Clínicas-Escola do campus sede, destinadas à prática acadêmica supervisionada, sendo executados pelos alunos dos cursos da área da saúde sob supervisão direta de professores e profissionais habilitados, atendendo a comunidade local.

Em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 187/2021, a entidade apresenta, a seguir, a proporção das gratuidades concedidas em relação à receita efetivamente recebida na área da saúde;

Descrição	Valores (R\$)
Contas a Receber inicial	506.831
Receita de Prestação de Serviços	929.194
(-) Variação da Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	0
(-) Contas a Receber Final	(475.366)
(=) Total Da Receita Efetivamente Recebida (Base De Cálculo):	960.659

Aplicação de 20% Em Gratuidade	192.131	20%
---------------------------------------	----------------	------------

DEMONSTRATIVO DAS GRATUIDADES CONCEDIDAS		
Total de Gratuidades Concedidas	1.473.033	153%
Gratuidade Excedente	1.280.902	133%

Para a mensuração das gratuidades concedidas, o custo é apurado pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folha de pagamento, contratos de serviços e produtos, e têm por objetivo

demonstrar os recursos destinados às ações em gratuidade e dão base para evidenciar os atendimentos gratuitos concedidos.

Para o cumprimento das gratuidades, além das receitas provenientes da prestação de serviços, a atividade também é custeada por recursos repassados pela mantenedora. Conforme evidenciado no ativo, na Nota Explicativa nº 23, consta o saldo referente aos repasses de recursos realizados no exercício

26 Outras ações institucionais

A Fundação dispõe de outras ações institucionais por meio de programas de atendimento à população em complemento ao ensino prático de nossos alunos. Esses atendimentos representaram no ano de 2025, 25.881 atendimentos (23.497 em 2024) perfazendo um custo no montante de R\$ 711.999 (R\$ 814.346 em 2024).

Quadro demonstrativo dos atendimentos realizados

Item	Quantidade realizada em	
	2025	2024
Campanhas Comunitárias	10.645	7.502
Programa de Atendimento à Comunidade na Farmácia Ensino	4.017	1.138
Programa Usina do Saber	900	220
Programa Educação para a Comunidade	7.841	12.755
NAP - Núcleo de Apoio Psicopedagógico	358	301
NTA – Núcleo de Tecnologias Assistivas e Acessibilidade	643	397
Projeto Acolhimento em Saúde	1.477	1.184
Total	25.881	23.497
Total dos custos dos atendimentos (em Reais)	711.999	814.346

27 Adequação das receitas com as despesas com pessoal

A Fundação aplicou 41,36% (40,37% em 2024) de sua receita de mensalidade / serviços em custos/despesas com pessoal docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e o parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrados a seguir:

	2025	2024
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	102.358.539	101.775.519
Receitas de mensalidade com gratuidades - Bolsas	55.614.126	55.037.116
Receitas dos serviços prestados Clínicas	929.194	637.425
(-) Deduções das receitas		
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais 100%	(1.651.787)	(4.011.004)
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais 50%	(436.498)	(1.394.643)
Bolsas de estudos – LC 187/21 - Integrais 100%	(12.719.816)	(11.065.210)
Bolsas de estudos – LC 187/21 - Parciais 50%	(40.806.025)	(38.566.259)
Outras bolsas de estudo	(18.224.618)	(16.888.573)
Devoluções e cancelamentos	(5.595.939)	(8.135.394)
Descontos concedidos	(7.515.551)	(7.551.639)
(=) Receitas líquidas de mensalidades/ serviços	71.951.625	69.837.338
Custos/Despesas com pessoal docente	29.756.903	28.192.428
Percentual de adequação	41,36%	40,37%

28 Aspectos ambientais

As instalações da Fundação são sujeitas às regulamentações ambientais. A Fundação diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Fundação acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

29 Seguros

A Fundação possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimita-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação possuía as seguintes principais apólices de seguros contratados com terceiros:

Bens do imobilizado	Cobertura
Veículos	51.758.800
	<u>10.471.800</u>
Resultado financeiro líquido	<u>62.230.600</u>

Fundação Hermínio Ometto



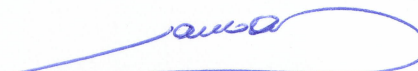
Fernando Fernandes Alvares Leite
Presidente
CPF 715.008.208-49



Jorge Hiroshi Murakami
Conselheiro
CPF 670.375.858-15



Francisco E. Fernandes Sanches
Diretor Administrativo-financeiro
CPF 037.993.238-56



Paulo César de Moraes
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05